



A POLÍTICA NEOLIBERAL E A GESTÃO DA ESCOLA: UM ESTUDO A PARTIR DO SERTÃO ALAGOANO

Luciene Amaral da Silva[i]

Eixo temático: 13-Currículo Escolar, Gestão, Organização do Trabalho Pedagógico

RESUMO

O artigo trata de como o precário funcionamento das escolas da rede pública estadual do sertão de Alagoas, através da política de governo adotada pela atual gestão, interfere no desenvolvimento da gestão da escola. A pesquisa foi desenvolvida numa escola da rede estadual de ensino, localizada na zona rural do município de Santana do Ipanema, onde consta apenas dois professores em seu quadro efetivo. A pesquisa buscou analisar a interferência da política neoliberal executada pelo governo do estado como grande entrave ao desenvolvimento da gestão escolar. A pesquisa foi realizada à luz de autores como Paro (1999, 2001 e 2003), Lück (2005), Neves (2005), Santomé (2003), dentre outros. A metodologia utilizada para a pesquisa foi o estudo de caso que contempla a modalidade da pesquisa qualitativa, com a utilização de entrevistas como instrumento de coleta de dados.

Palavras- Chave: Gestão Democrática. Política Neoliberal. Sertão Alagoano.

ABSTRACT

The article deals with how precarious the functioning of schools statewide network publishes the backlands of Alagoas. Through policy rules adopted by the current gestio, interferes with the development of the management of the school. The study area was a state school education, located in the rural municipality of Santana do Ipanema. Which contained only two teachers in their headcount. The research aimed to analyze the interference of neoliberal policy executed by the state government as major impediment to the development of school gesture. Research the light of the authors was performed as Paro (1999, 2001 and 2003). Luck (2005), Neves (2005), Santomé (2003), among others. The research methodology used was the case study that includes the mode for qualitative research. With the use of interviews as a tool for data collection.

Keywords: Democratic Management. Neoliberal Policy. Serta Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

A escola como instituição social deve estar preocupada com a qualidade do ensino. É necessário que esteja definido em sua proposta pedagógica que visão de educação ela tem e que tipo de sujeito ela pretende formar. A forma como a escola organiza seu trabalho esta intimamente ligada com a forma de gestão escolar.

A gestão democrática surge como processo de construção de espaços participativos na administração da escola. Na teoria da administração da educação no Brasil, não há como desvincular o interesse do capital nos

princípios de mercado da sociedade capitalista (HORA, 1994).

A escola possui diversos mecanismos de representação democráticos, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil, Projeto Político Pedagógico, dessa forma o processo democrático entra na escola, buscando as brechas possíveis de sua consolidação. Ferreira (1998; 113) aponta que “um projeto de gestão que construa coletivamente um projeto pedagógico de trabalho tem já, na sua raiz, a potência da transformação.”

No entanto, a precária situação em que se encontram algumas escolas do estado de Alagoas, questiona o conceito de qualidade que desponta nos discursos governamentais a partir de uma política neoliberal de responsabilizar a escola pelo seu fracasso mediante resultados negativos em avaliações externas.

Sendo assim, este artigo discute como a omissão do governo no que lhe compete interfere de forma significativa no desenvolvimento da gestão escolar e na qualidade do ensino. A pesquisa foi desenvolvida numa escola da rede estadual de ensino, localizada no sertão alagoano, partindo do estudo de caso, numa abordagem qualitativa que teve nas entrevistas o instrumento de coleta de dados, contando com a colaboração do gestor, coordenador pedagógico e membros do Conselho Escolar da referida escola, como sujeitos investigados.

2 O MODELO DA POLÍTICA NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO

O modelo econômico vigente, com base na política neoliberal que desresponsabiliza o Estado de suas competências, atribui a escola certa autonomia diante da administração como estratégia de legitimação da política neoliberal. Segundo Santomé (2006, p. 45):

Apesar da facilidade com que recorrem a conceitos de descentralização e autonomia, os estados continuam conservando a direção dos sistemas educacionais por meio de aspectos tão poderosos como os currículos nacionais obrigatórios, a inspeção do Estado, os institutos de avaliação, a elaboração de padrões para as diversas disciplinas dos currículos, os programas de formação e atualização dos professores e professoras, o controle dos recursos didáticos, especialmente dos livros-texto.

O Estado assume o papel de educador, “com vistas à formação de uma subjetividade neoliberal” (NEVES, 2005, p.106). A educação para o consenso abordada pelo Estado serve de estratégia da política neoliberal de conformismo da desigualdade e essas estratégias mascaram a ausência de democracia que se forma no cerne do projeto neoliberal. A escola como aparelho difusor da ideologia neoliberal acaba por legitimar todo o projeto de sociabilidade burguesa, ao levar o sujeito ao conformismo de uma realidade desigual, acreditando ser normal a condição que lhe é imposta.

As estratégias utilizadas pela política neoliberal são uma tentativa de garantir o crescimento do capitalismo, sendo exigida a refuncionalização do Estado implantada desde 1995 (MELO, 2010, p.5) para não atrapalhar o crescimento desse sistema que tem no lucro exagerado seu princípio norteador.

No projeto neoliberal, a escola assume papel importante, já que “a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção do tipo capitalista” (SAVIANE, 2012, p. 22). E “os que apostam no neoliberalismo sabem muito bem que o sistema educacional pode desempenhar um papel importante na atual reestruturação do capitalismo”. (SANTOMÉ, 2003, p. 32).

Todo esse cenário faz com que “a instituição escolar só seja considerada imprescindível como recurso para obter, no futuro, importantes benefícios privados, para enriquecer individualmente” (SANTOMÉ, 2003, p. 32).

Nesta perspectiva produzir e gerenciar são as palavras de ordem que desqualifica o magistério ao levar a escola a vincular-se aos interesses do capital e o Projeto Político Pedagógico se torna instrumento eficaz para a proposta de reestruturação do capitalismo. A escola deixa de ser uma instituição educativa para se tornar uma empresa de produção de resultados.

A proposta neoliberal, através de seu papel educador (NEVES, 2005) busca ensinar que o sujeito é responsável sozinho pelo seu fracasso, que as condições são ofertadas e que ele deve buscar criar oportunidades caso essas condições não lhe favoreça. Valores de individualismo são introduzidos na escola através de mecanismos que legitimam esse pensamento.

Os sujeitos da escola sentem-se responsáveis imediatos pelo fracasso alardeado nos baixos índices de desempenho das avaliações externas, onde a escola considera ser o único meio capaz de mensurar a qualidade do ensino, sem considerar outros fatores que interferem nesses resultados.

A transferência de responsabilidade para a escola serve muitas vezes para escamotear a ausência do governo local na manutenção das escolas ao deixá-las relegadas a problemas que implicam no desenvolvimento da ação pedagógica, como também interfere na gestão da escola.

A busca pela desmistificação desse pensamento neoliberal deve ser um dos primeiros passos que a escola deve fazer para favorecer o fortalecimento da gestão escolar através da participação consciente dos sujeitos, já que a escola tem um papel importante no resgate da democracia dentro do espaço escolar tendo no Conselho Escolar sua referência coletiva.

3 CONFIGURANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

O neoliberalismo tem no mercado o eixo organizador da sociedade. Os programas de ajuste social à política capitalista buscam na bandeira de descentralização seu foco de intervenção imediata.

As políticas educacionais no Brasil vinham se organizando nos ditames desse pensamento oriundos dos interesses capitalista, com isso o discurso neoliberal organizava o cenário educacional com base nas leis de mercado.

A escola como espaço social não poderia ficar isenta de todas as mudanças ocorridas na sociedade, sendo assim, uma das propostas de legitimação do ideário neoliberal era a implantação do princípio da gestão democrática garantido na Constituição Federal de 1988, onde a escola, diante dos recursos que iria administrar, precisaria da participação de todos não apenas como executores das políticas de financiamento da educação, mas também como fiscais dessa execução para garantir que os recursos fossem gastos como rege a legislação.

Acreditava-se que a forma como a escola estava sendo administrada, com base no modelo centralizador da gestão nas mãos de um professor indicado pelo governo em vigência como forma de provimento do cargo (PARO, 2003) para organizar os trabalhos da escola, já não atendia mais às exigências da sociedade dita democrática.

As formas de provimento da função não condizia com a luta de democratização da escola. Segundo Paro (2003) de todas as modalidades de provimento do cargo de diretor, a eleição é o que mais contempla o processo democrático onde o sujeito pode participar da escolha de seus representantes como um processo de exercício da cidadania através da participação.

O projeto inicial de Gestão Democrática encontrou um enorme desafio na sua trajetória de implantação e existência pela ausência de estrutura para manter-se atuante. O discurso democrático encontrado hoje na maioria das escolas se contradiz com a prática encontrada no espaço escolar.

Atualmente a situação encontrada nas escolas sobre a atuação do Conselho Escolar diverge da sua proposta inicial que via no conselho uma ferramenta que busca outra forma de pensar e conceber a gestão da escola. Com atribuições de acompanhar, verificar, normatizar e executar propostas e metas elaboradas pela escola através do Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar tem um papel importante na observação da organização do espaço pedagógico bem como no acompanhamento e verificação dos resultados do

desenvolvimento das práticas que a escola elabora e aplica para melhorar a qualidade da educação ofertada por ela.

Graça Gomes (Apud: DIÓGENES; PRADO (Orgs.) 2011. P. 107) afirma que,

No entanto, é ingênuo afirmar que com o surgimento do Conselho Escolar se deu uma verdadeira democracia nas escolas, não se pode negar que foi um passo importante, mas o Conselho, por si só, não garante o exercício democrático; depende da forma como é conduzido e das pessoas inseridas nesse processo.

O Conselho Escolar atualmente encontra-se com dificuldade no desempenho de suas funções dentro da escola porque passa por dificuldades estruturais, de formação, atuação, comprometimento.

Falta-lhe formação inicial e continuada sobre administração escolar, incentivo para que esses membros queiram atuar no conselho, bem como acompanhamento desses membros no fortalecimento do colegiado, democracia não no sentido apenas de participação do sujeito em decisões políticas, mas democracia entendida como a “mediação para a construção e exercício da liberdade social englobando todos os meios e esforços que se utilizam para concretizar o entendimento pacífico e livre entre grupos e pessoas, com base em valores construídos historicamente.” (PARO 1999, p. 105-106).

Para que haja democracia na gestão da escola a atuação do gestor deve ser acompanhada pela atuação consciente do Conselho Escolar com o intuito de construir um plano de ação voltado para sanar as dificuldades existentes na escola. Este plano de ação deve ser contemplado dentro do Projeto Político Pedagógico da escola de forma a integrar todos os sujeitos que fazem parte da escola.

Bordignon e Gracindo (2006, p. 148) afirmam que:

Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada.

Paradigma não como apenas padrão ou modelo a ser seguido com base em modelos outrora construídos, mas parte da ideia de Marques (1992, p. 547) que conceitua paradigma como “estruturas mais gerais e radicais do pensamento”.

A escola precisa se fortalecer através da participação direta e efetiva de seus atores nas decisões da escola garantindo a construção de um planejamento que possibilite o debate democrático, colaborando com a luta pelo desmascaramento dos princípios neoliberais do individualismo legitimado por seus instrumentos e que atribui à escola a responsabilidade pelo seu fracasso.

4 O NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO

A pesquisa partiu do estudo de caso feito em uma escola da rede estadual de ensino, localizada na zona rural do município de Santana do Ipanema que foi selecionada por apresentar diversas particularidades que caracterizam a omissão do governo local no desenvolvimento das políticas de Estado. A abordagem do estudo de caso foi selecionada para essa pesquisa por ser o mesmo, “[...] caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado [...]” (GIL, 1999, p. 72-73) e também por favorecer a coleta de dados numa pesquisa qualitativa.

A técnica utilizada para este estudo foi a entrevista, que foram realizadas dentro do espaço escolar com o gestor, professores, coordenador pedagógico, funcionários e alunos, mas com os pais a entrevista aconteceu em suas residências. Os sujeitos participantes da pesquisa eram membros do Conselho Escolar no ano de 2013, período da coleta de dados.

Os dados analisados revelam como a escola tem incorporado o discurso neoliberal de ser culpada pelo fracasso da escola, como afirma a diretora em algumas de suas falas, como também mostra na fala de alguns conselheiros, a atribuição do fracasso as más condições ofertadas pelo estado.

Quando foram questionados sobre como era desenvolvido o trabalho na escola uma mãe afirmou que *“era impossível em uma escola ter apenas dois professores efetivos para funcionar”*. Segundo ela, toda essa falta de professores e demais funcionários na escola era de responsabilidade do governo local. O conselho apontou como negligência a atuação precária do governo do estado ao permitir a continuidade das ações da escola sem um quadro efetivo de professores e de funcionários.

A escola investigada conta apenas com uma merendeira e uma auxiliar de serviços diversos para cobrir dois turnos de funcionamento e vigilância apenas dois funcionários que cobrem o turno noturno, deixando a escola sem vigias durante o período diurno.

A ausência de recursos humanos afeta de forma direta a gestão da escola, pois como organizar o trabalho pedagógico se há escassez de profissionais e quando há professores são contratados de forma a baratear os custos para o governo estadual, gerando grande rotatividade desses professores mediante fim de contrato, sem se importar se ainda está no meio do ano letivo. Paro, (2001, p. 96), afirma *“não é possível administração competente de recursos se faltam recursos para serem administrados”*. Recursos de todas as modalidades e categorias.

Uma particularidade da escola investigada é que o Conselho Escolar há muito tempo possui vacância no segmento professor por conta da ausência de professores efetivos no quadro e a legislação até o momento não permite que professores contratados façam parte.

Dessa forma, responsabiliza-se o gestor da escola pelo fracasso, pela queda nos índices que medem a educação, atribuindo apenas ao gestor a competência de gerir a escola e desresponsabilizando por sua vez a atuação do governo em meio ao fracasso.

A gestora da escola apontou também como grande dificuldade o fato do prédio da escola também abrigar uma escola da rede municipal, já que a posse do prédio ainda não foi decidida na justiça. *“É visível a omissão do governo estadual no gerenciamento das prioridades da escola ao deixar a mesma a só em meio a tanta desestrutura. E ainda cobra resultados no final do ano”*.

Torna-se contraditório falar em democracia diante de um panorama de descaso onde se encontram algumas escolas públicas da rede estadual de Alagoas, como se apenas a escola fosse ‘obrigada’ a ser democrática e os demais órgãos que são responsáveis pela implantação e acompanhamento das políticas públicas não precisassem ser democráticos, nesse caso democracia entendida como a “mediação para a construção e exercício da liberdade social englobando todos os meios e esforços que se utilizam para concretizar o entendimento pacífica e livre entre grupos e pessoas, com base em valores construídos historicamente.” (PARO 1999, p. 105-105).

Isso revela como a escola se torna espaço de estratégias e abordagens neoliberal com o intuito de justificar a falha do sistema como sendo sua culpa, já que lhe é oferecida todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento, configuração da política neoliberal.

Um ponto interessante apresentado pelos entrevistados foi a questão de mesmo com toda dificuldade eles conseguirem ainda desenvolver as ações da escola. Mesmo sabendo *“que não é minha obrigação fazer o que é de competência de outra pessoa, mas a gente faz”*, afirmou um membro do conselho escolar.

Como está embutida nesse discurso a lógica neoliberal de trazer a si a responsabilidade pelas dificuldades de um sistema caótico como se desponha no cenário educacional do sertão alagoano.

Os pais reconhecem que a escola não dispõe de profissionais suficientes para funcionar e sabem que nada está sendo feito para mudar essa situação e percebem como a gestora da escola tem se esforçado para que

as coisas dêem certo e seus filhos possam ter educação. De acordo com eles, *"a diretora não pode fazer sozinha o trabalho da escola toda. Ela dá aula, serve merenda e lava prato, lava banheiro e quando é que ela vai ser diretora?"*

“. Diante dessa realidade, a diretora acaba por acumular diversas funções que não caracterizam sua atuação como gestora da escola.

Os princípios neoliberais estão presentes na atuação da gestora da escola que muitas vezes disse que não iria esperar o governo fazer as coisas acontecer, era necessário que alguém fizesse e se o conselho também 'participasse' a situação poderia está bem melhor. A gestora usa o conceito de participação como divisão das responsabilidades da escola que compete ao governo e não como forma de organização para denunciar a situação caótica em que se encontra a escola.

A participação deve ser vista não como simples processo de colaboração muitas vezes de forma alienante onde o sujeito acaba desenvolvendo uma função que não é sua, mas como forma de combate a alienação presente nos discursos neoliberais de responsabilizar a escola por sua falta de sucesso.

Habermas (Apud Gutierrez & Catani, 1998) afirma que "participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade." Isso significa que as pessoas precisam querer participar, precisam construir um plano de atuação na escola, mas de forma coletiva e que estejam de acordo com o papel de atuação de cada sujeito.

O sujeito precisa sentir-se parte do todo, saber que aquele plano ou ação foi construído por todos e não imposto de forma hierárquica para beneficiar uma minoria. Sendo assim, a participação "só é possível em clima democrático." (BORDIGNON; GRACINDO, 2006, p. 171).

Na fala dos sujeitos da pesquisa fica claro que a participação deles nas ações da escola, não é consensual por conta da ausência de profissionais para desenvolver as ações e mediante exigência para aumentar os resultados. *"Ou a gente faz o que precisa na escola, ou então os alunos não estudam"*. Na fala dessa conselheira, consegue-se perceber o baixo nível de maturidade política desse sujeito que acredita ter que fazer para que as coisas possam funcionar.

Se o conselho da escola tivesse conhecimento da sua função, maturidade participativa e atuação autônoma, ele saberia que a escola deveria ser fechada diante de tanta dificuldade até que as autoridades governamentais resolvessem o problema. Não dá para ofertar um ensino de qualidade sem professores, nem funcionários, sem espaço adequado para funcionar e sem motivação dos que constituem a escola.

A gestora da escola em sua fala afirmou que os recursos vêm, mas que ela não quer aderir mais aos programas do governo federal porque não há espaço na escola para guardar os materiais e nem para desenvolver as ações. Segundo a gestora, *"o Programa Mais Educação é desenvolvido de forma precária, pois não existe espaço para os alunos ficarem na escola em tempo integral, não há merendeira para fazer o almoço e não há espaço para as oficinas, algumas oficinas acontecem embaixo de árvores em praças ou na casa de funcionários da escola."*

Essa realidade deixa clara a força da política neoliberal interferindo de forma concreta nas ações da escola. O fato de não oferecer a escola condições necessários ao desenvolvimento de programas necessários a formação integral do sujeito, denuncia o caráter de negação da qualidade do ensino que tanto é apregoado pelos discursos de quem elabora as normas e diretrizes para a educação no Brasil.

A fala dos sujeitos investigados deixa claro como o modelo neoliberal interfere de forma decisiva no desenvolvimento das ações nessa escola. Como gerir de forma democrática a escola se falta pessoas para serem geridas, se as condições ofertadas para a melhoria da qualidade da educação são precárias, se não há intervenção nesse modelo de política de governo destinado à educação que tem como base a corrente neoliberal de administração da sociedade.

Segundo Paro (2003, p. 125),

“Hoje como responsável último pela escola e diante de inadequadas condições de realização de seus objetivos, o diretor acaba sendo o culpado primeiro pela ineficiência da mesma, perdido em meio à multiplicidade de tarefas burocráticas que nada tem a ver com a busca de objetivos pedagógicos.”

A interferência da política neoliberal na gestão da escola se dá quando o governo se omite do seu papel, deixa a escola sem estrutura nem condições de trabalho, e acaba por responsabilizá-la diretamente pelos baixos resultados tanto no alto índice de reprovação escolar, quanto nas avaliações externa e interna a que a escola é constantemente submetida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como o modelo da política neoliberal afeta de forma direta a gestão da escola e como isso impossibilita o exercício da ação coletiva dos sujeitos dentro de um panorama de descaso de algumas escolas no sertão alagoano.

Apontou também a dura realidade vivenciada por uma escola da rede estadual de ensino no sertão alagoano com base na experiência exposta a partir do estudo de caso, verificando como a gestão da educação nas escolas sertanejas passa por um período de descaso mediante a interferência da política neoliberal através da omissão do governo estadual na atuação das questões que lhe compete.

Como consequência desse descaso com as escolas, muitos gestores decidem abandonar a gestão da escola por não conseguir administrar a escola dentro do caótico cenário instalado na realidade da rede estadual de ensino.

Com isso se descortina a intencionalidade da política de governo em nos fazer questionar até que ponto a gestão democrática é um processo de abertura para a participação dos diversos sujeitos nas ações de transformação e construção da cidadania no espaço escolar, ou um simples instrumento de regulação das ações de interesses políticos com base no controle através de mecanismos oriundos das políticas de governo.

Portanto, para que a escola possa ser gerida de forma democrática o mínimo que pode ser oferecido a ela é estrutura organizacional e condições de trabalho para que a ação pedagógica possa ser desenvolvida de forma a garantir ao aluno aprendizagem significativa e coerente com a realidade. O governo precisa cumprir seu papel e garantir a escola condições de trabalho para que ela possa desempenhar seu papel social que é de formar um sujeito consciente para que possa garantir a existência da democracia tanto no espaço escolar quanto em outros espaços. A garantia da qualidade da educação perpassa pela responsabilização de todos.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Educação e do Esporte. Portaria nº 534 de 30 de junho de 2010.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Educação e do Esporte. Decreto 2.916 de 24 de novembro de 2005.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 4. Ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 94 p.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhais. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5 ed. Cortez: São Paulo, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sócias: evolução e desafios**. In: Revista Portuguesa de Educação. Ano 2003. Vol. 16, número 002. Universidade do Minho, Braga, Portugal. pp. 221-236.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos. In: **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. Cortez: São Paulo, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, Enildo Marinho ... [et al] **Padrão UFAL de normatização**. Maceió: EDUFAL, 2012. 55 P.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz & CATANI, Afrânio Mendes. Participação e Gestão Escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LÜCK, Heloisa ... [et. al.]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MARQUES, Mário Osório. Os paradigmas da educação. **Rev. Bras. Estudos Pedagógicos**, v. 73, nº 175. Brasília, MEC/INEP, set. – dez. 1992, pp. 547-565.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A Gestão Democrática nas escolas como prática de consenso** – avanços e contradições na educação brasileira hoje.

Disponível em:

<[http://](http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/2.pdf)

[www.](http://www.anpae.org.br)

[anpae.org.br](http://www.anpae.org.br)

[/iberolusobrasileiro2010/cdrom/2.pdf](http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/2.pdf)

.>

Acesso em: 2 ago. 2012, às 11:00.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **O Processo de Mundialização da Educação: políticas educacionais na social-democracia conservadora no Brasil e na Venezuela**.

Disponível em:

<[http://](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Adriana%20Almeida%20Sales_de%20Melo299.pdf)

[www.](http://www.joinpp.ufma.br)

[joinpp.ufma.br](http://www.joinpp.ufma.br)

[/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Adriana%20](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Adriana%20Almeida%20Sales_de%20Melo299.pdf)

[Almeida%20](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Adriana%20Almeida%20Sales_de%20Melo299.pdf)

[Sales_de%20](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Adriana%20Almeida%20Sales_de%20Melo299.pdf)

[Melo299.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Adriana%20Almeida%20Sales_de%20Melo299.pdf)

.>

Acesso em: 7 ago. 2012, às 11:40.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para**

educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. 312 p.

PARO. Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João [et al] (org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola.** São Paulo: Xamã, 1999. P. 101-120.

_____. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001. 144 p.

_____. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia.** 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PRADO, Edna C. do. DIÓGENES, Elione M. N.; (Orgs.); NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus ... [et al]. **Avaliação de políticas públicas:** interface entre educação e gestão escolar. Maceió; Edufal, 2011. 184 p.

SANTOMÉ. Jurjo Torres. **A Educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003. 263 p.

SAVIANE, Dermeval. **Escola e Democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 93 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 5).

PARO. Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia.** 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: BASTOS, João Batista (Org). **Gestão Democrática.** 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

[i] Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Mestranda em Educação (PPGE-UFAL). Membro do grupo de pesquisa sobre Avaliação e Gestão Educacional. Email: cieneamaral@hotmail.com.br

Recebido em: 17/06/2014

Aprovado em: 19/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: